



**CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI - RS**  
**PALÁCIO RINCÃO DA CRUZ**

**PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA**  
**Nº 01/2012**

**EMENTA**

Altera a redação da alínea “m” do Artigo 53 da Lei Orgânica de Itaqui.

Art. 1º. A redação da alínea “m”, do artigo 53 da Lei Orgânica de Itaqui passa a ter a seguinte redação:

Art. 53. ....

m) prestar à Câmara Municipal, dentro de 30(trinta) dias, as informações solicitadas sobre fatos relacionados ao Poder Executivo, e sobre matéria legislativa em tramitação na Câmara, ou sujeita à fiscalização do Poder Legislativo;

Art. 2º. Esta emenda entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDENCIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI, EM 28 DE MAIO DE 2012.

Ver. LAURO LUIZ HENDGES,  
Presidente.

Ver. MARCIO PALMA,  
Vice-Presidente

Ver<sup>a</sup>. ALINE PORTELLA COFFI,  
Secretária.

Publicação:

Período: ...../ ...../ 2012 à

Local: Murais da Câmara(Dec.nº 360/02)



**CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI - RS**  
**PALÁCIO RINCÃO DA CRUZ**

**JUSTIFICATIVA**

A emenda proposta visa corrigir a redação atual, determinando regra simétrica ao que é encontrado nas Constituições do Rio Grande do Sul e Federal.

Ver. LAURO LUIZ HENDGES,  
Presidente.



## CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI - RS

### PALÁCIO RINCÃO DA CRUZ

#### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**Lei que determina prazo para envio de informações do Executivo ao Legislativo é inconstitucional**

Os Desembargadores do Órgão Especial do TJRS, em sessão realizada nesta segunda-feira (21/5), consideraram inconstitucional artigos da legislação do Município de Dom Feliciano que obrigava o Chefe do Poder Executivo a prestar informações aos Vereadores, quando solicitado, no prazo de 15 dias.

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN), de autoria do Prefeito de Dom Feliciano, pedia a retirada do ordenamento jurídico dos artigos 75, da Lei Orgânica do Município, e 124 e 202, do Regimento Interno da Câmara Municipal.

Conforme o Executivo, **a legislação fere o princípio da independência e harmonia entre os Poderes, bem como vai contra o que determina as Constituições Estadual e Federal, que dispõem o prazo de 30 dias.**

#### Julgamento

O relator da matéria no Órgão Especial do TJRS foi o Desembargador Arno Werlang, que considerou inconstitucional os artigos em questão.

Em seu voto, o magistrado afirma que o prazo de 15 dias afronta o que determinam as Constituições vigentes, ou seja, 30 dias. Também destaca que os artigos ferem princípios constitucionais.

O tema jurídico em discussão não apresenta complexidade, não podendo o Município destoar do ordenamento jurídico fundamental no que diz com princípios consagrados em ambas as Constituições, pelo que resultam feridos, no caso, os princípios da independência e harmonia entre os Poderes, decidiu o magistrado.

O voto foi acompanhado por unanimidade dos Desembargadores do Órgão Especial do TJRS.

**ADIN nº 70046378923**

Publicação em 21/05/2012 18:05

**LEI ORGÂNICA DE ITAQUI**



**CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI - RS**  
**PALÁCIO RINCÃO DA CRUZ**

.....

**SEÇÃO II**  
**DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO**

Art. 53 . Compete privativamente ao Prefeito:

.....

m) prestar à Câmara Municipal, dentro de 15(quinze) dias, as informações solicitadas sobre fatos relacionados ao Poder Executivo, e sobre matéria legislativa em tramitação na Câmara, ou sujeita à fiscalização do Poder Legislativo;

**CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**

.....

Art. 82 - Compete ao Governador, privativamente:

.....

X - **prestar, por escrito e no prazo de trinta dias, as informações que a Assembléia solicitar a respeito dos serviços a cargo do Poder Executivo;**

**CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

.....

Art. 50. ....

.....

§ 2º - As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não - atendimento, no **prazo de trinta dias**, bem como a prestação de informações falsas. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 2, de 1994)

SMJ, é o nosso parecer,

Cid Krahn  
OAB 42.651  
Procurador Legislativo